

O CONCEITO DE INFÂNCIA NA ATUALIDADE: INDICATIVOS NA ESCOLA E NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

CARRARA, Isabela Sabin (UEM)

SOUZA, Vânia de Fátima Matias de (Orientadora/UEM)

Resumo

O presente estudo discute sobre o conceito de infância desde sua traçando delineamentos históricos para se chegar as compreensões atuais, abordando nesse sentido o indivíduo enquanto ser criança, estabelecendo suas correlações para a abrangência no universo da escola. Para tanto, utilizou-se de uma pesquisa bibliográfica cujo recorte temporal se deu na análise de artigos do ano de 2000 a 2017 que tratam sobre o próprio indivíduo enquanto criança e suas influências. Evidenciou-se que os discursos delineiam o conceito de infância tendo como principal referencial teórico Philippe Ariès (1981), de legislações que influenciam a visão da sociedade nesse contexto e relações e distanciamentos no papel da escola e da sociedade para com a infância na atualidade. Como processo de ação desenvolvida pode-se concluir que o conceito de infância desde a Idade Média, até os dias de hoje é representado de diversas maneiras, de acordo com o período em que se observa. Vista sob uma sociedade muito diversificada em que não parte mais de um “modelo” de criança, uma vez que seu próprio conceito atualmente não é concreto. A criança é um ser dependente e independente.

Palavras-chave: Conceito de infância; Criança; Relação Infância-Escola-Sociedade.

Abstract

The present study discusses the childhood concept since its appearance, drawing historical delineations to arrive at current understandings, approaching in this sense the individual as a child, establishing their correlations for comprehensiveness in the universe of the school. For that, a bibliographical research was used who's temporal cut occurred in the analysis of articles from the year 2000 to 2017 that deal with the individual as a child and its influences. We can conclude that the discourses delineate the concept of childhood having as main theoretical Philippe Ariès (1981) references, of legislations that influence the vision of the society in this context and relations and excluding paper's school and the society towards the childhood in the actuality. As a developed action process, it can be concluded that the concept of childhood from the middle Ages to the present day is represented in different ways, according to the period in which it is observed. Viewed under a very diverse society in which no more than a child "model", since its own concept is not concrete at the moment.

Keywords: concept of childhood; children; children-school-society relation.

INTRODUÇÃO

O conceito de infância e de escola trazido e considerado pela sociedade ao longo da história tem se constituído por meio de períodos de construção e descobertas relacionadas a inserção da criança no convívio social e sua valorização enquanto ser social que age e interage modificando e reconfigurando o meio no qual está inserido. Vale destacar que esse não é um pensamento que se constitui em toda a história da sociedade, uma vez que de acordo com Ariés (1981), foi a partir da Idade Média até o século XX que o movimento do olhar para a criança e para a infância passa a se configurar enquanto uma preocupação latente dos registros e memórias da sociedade.

A pesquisa parte de um interesse pessoal sobre como as pessoas conceituam a infância atualmente e de como eram as concepções nos séculos anteriores pela sociedade. Em que comportamentos das crianças nos dias de hoje se manifestam muitas vezes de uma forma semelhante a determinado período da história da sociedade. Uma curiosidade instigada por um convívio com crianças nessa fase da vida, a fim de compreender e pensar uma visão que a sociedade apresenta dos conceitos analisados.

Ressalta também a importância de uma análise para novas ideias e ações ao que se refere a infância principalmente em âmbito escolar, no qual possibilita condições para tornarem estas crianças, novos cidadãos críticos, proporcionando uma transformação em seu meio social.

De início, num período em que compreende um novo olhar para a criança em seus diferentes aspectos e representações, observa-se um destaque no que demonstra uma grande evolução no conceito de infância e escola, como Philippe Ariés (1981) aponta, nas análises de pinturas que tentavam representar as crianças, escritos que tentavam expor algumas de suas características, sentimentos dos pais e da comunidade. Justificando assim, a análise na relação entre ambos – infância e escola – em toda a historicidade.

Das primeiras representações de pinturas totalmente distante das reais características de uma criança, mais especificamente até o fim do século XI como expõe Ariés (1981, p.39) a uma com mais particularidades. Autores ainda que tentavam representa-las a partir de algumas características básicas de comportamento, como uma fase da vida do indivíduo. Relacionadas assim a primeira infância, a segunda infância e a velhice, seu conceito foi muito modificado até o século XX.

Com a valorização da infância e suas particularidades, começou a admitir novos significados e limites, principalmente quando a criança interage quando é introduzida na escola.

Kuhlmann Jr. (2011, p. 147) expõe na visão de Froebel, a infância mostra-se a partir da reflexão da educação do indivíduo em cada fase da vida. É um período em que não se isola do mundo e das relações sociais.

A infância anteriormente tratada com um sentimento de desinteresse por parte da sociedade, devido principalmente a alta taxa de mortalidade das crianças, ao passar dos séculos desperta um sentimento de piedade, começando a ser vista como um problema para as famílias mais pobres que precisam de seu trabalho para a sobrevivência e necessitava deixar seus filhos em alguma instituição que deles cuidassem.

Essa questão, determina a relação da população “pobre” com o assistencialismo das creches, pois para essa sociedade pobre e trabalhadora, a creche, como aponta Didonet (2001, p.12), deveria zelar pela saúde e educação das crianças. Visto que, desde o século XVI havia propostas de regulamentos e leis para que auxiliassem tais famílias. Porém, só a partir do fim do século XIX é que houve a criação de leis e instituições que subsidiassem a camada mais pobre da sociedade, incorporando a proteção, logo, os direitos da família.

Neste contexto, pode-se observar que essas instituições foram inicialmente organizadas em torno da saúde, do trabalho e de um conhecimento intelectual e moral da sociedade para os adultos, deixando de lado a valorização dos mesmos. Só mais tarde, o foco caiu sobre a valorização da infância, como aponta Kuhlmann Jr. (2011, p.60) não se limitava apenas ao conhecimento intelectual da sociedade, mas ao particular, ou seja, a uma educação moral e técnica/profissional.

Em tese, os estudos apontam que de forma global foi neste momento em que houve a criação das instituições pré-escolares, com esse caráter mais assistencial para a população mais pobre. No Brasil, o início das instituições pré-escolares se deu posterior a criação das creches. Instituições que sofreram forte influência da criação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (IPAI-RJ) em 1899 pelo Doutor Moncorvo Filho que tinha como pressuposto resgatar a primeira infância, deixada de lado pelo Estado. E no mesmo ano, sob a influência da fundação da creche da Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado (RJ), considerado a primeira creche no país para os filhos de operários efetivos.

Isso remonta ao pensamento de uma educação como dever do Estado que temos atualmente, considerada desde a Constituição de 1988. Juntamente, houve a fundação dos Jardins de Infância que traziam um caráter mais educativo e tentava deixar de lado o assistencial.

Isto posto, deve-se considerar que o conceito de infância e os sentimentos da família em relação a mesma, tido ao longo da história permitiu o avanço da educação, de forma que valorizasse o atendimento as crianças, principalmente das classes mais pobres, considerando não apenas as dimensões físicas, mais as emocionais, sociais e cognitivas. Mas, será que a escola e a infância coadunam do mesmo objetivo? Ou ainda, será que a concepção de infância tida atualmente apresenta as mesmas características as mesmas características das visões ao longo da história?

Didonet (2001, p.11) revela que a creche por consequência de seu método de ensino e pela grande influência da sociedade tenta moldar a criança a partir do que seus pais e a sociedade quer. Logo, ressalta assim a importância da individualidade, ou seja, da criança em se reconhecer com parte dessa construção, um sujeito único.

Não se pode esquecer que os conceitos trazidos pela humanidade determinam consequentemente uma padronização, principalmente quando se refere a infância. A criança deve partir de experiências para construir seu ser, a sociedade não pode impor suas características e particularidades. Como aponta Didonet (2001), não é possível moldar a criança, cada uma tem suas próprias particularidades advindas de cada sociedade e cada contexto histórico.

Sendo essa compreensão a pesquisa parte da seguinte inquietude: será que o conceito de infância e de escola na atualidade se mostram entrelaçados? Para responder tal questionamento, o estudo realizado tem base nos indicativos da revisão sistemática em publicações periódicas, que segundo Gil (2008, p.50) é desenvolvido a partir de materiais já realizados, no qual possibilita fácil acesso e um maior aprofundamento ao tema de referência. O mesmo, como considerado por Gil e Marconi (2003, p.44) delinea-se em oito etapas, destas: “a) escolha do tema; b) elaboração do plano de trabalho; c) identificação; d) localização; e) compilação; f) fichamento; g) análise e interpretação; h) redação”. Optou-se por uma pesquisa que considerou como recorte temporal o período de 2000 a 2017, sendo realizada uma busca em periódicos da área que tratassem da referida temática ao olhar do conceito de infância na historicidade com as atuais concepções, entrelaçado com a escola.

CONCEITO DE INFÂNCIA NA HISTÓRIA DO BRASIL

A infância compreende-se de uma fase da vida do ser humano, atualmente limitada pela idade cronológica, em que parte de atitudes e limites. Porém, nem sempre foi compreendida nesse sentido.

Desde a Idade Média, a infância não se tem muita importância, as crianças hoje consideradas nessa fase da vida eram vistas como “mini adultos”, partindo de um conceito de independência e subestimadas a um mesmo modo de vida de um adulto, inclusive em sua educação, logo, não se via necessário uma educação dita como mais formal para a criança. Como ressalta Henick e Faria (2015, p. 25826) “[...] a família não percebia as necessidades específicas das crianças, não as via como um ser com peculiaridades e que precisavam de atendimento diferenciado”, apenas eram diferenciados dos adultos pelo seu tamanho.

Ao longo da história, mais especificamente no século XIII nos países europeus, como ressalta Ariés (1981, p.65) é que se descobriu a infância como uma fase da vida do ser humano, o que influenciou fortemente seus interesses e sentimentos para a criança no Brasil. Observa-se assim novas relações com as condições da sociedade na vida da criança, colocando-a sob uma importância a ser compreendida.

A mudança de sentimentos por parte da família, da criança igual ao adulto para um ser mais carismático e admitindo novas características, apresenta-se uma forte influência na historicidade do conceito de infância. Tentativas de simbolizar ações, nomenclaturas e limites é o que partem para uma maior diferenciação da vida do adulto.

No Brasil, os questionamentos acerca da infância iniciam-se com a chegada dos Jesuítas no século XVI, com um “modelo de criança”, inocente e puro, até consideravelmente a puberdade. Trazendo uma proposta de educação cristã, ou seja, a catequese como uma forma de conservar a ternura da criança. Porém, a mesma não conseguiu integrar crianças órfãs e abandonadas, sendo necessário criar um novo meio para inseri-las ao contexto social de assistência e educação.

Considerando nesse momento um período da alta taxa de mortalidade de crianças abandonadas e/ou deixadas sem os devidos cuidados de higiene e proteção pelos pais, aponta Cruz, Hillesheim e Guareschi (2005, p.42), foi criada a Roda de Expostos¹, como uma primeira

¹ A chamada Roda de Expostos foi criada a partir da “Roda dos Mosteiros”: uma roda que servia como meio de envio de alimentos, objetos e mensagens para indivíduos aprisionados em residências, garantindo o não-contato com o mundo exterior.

instituição marcada para a assistência das mesmas. Estas, acopladas em hospitais justamente para o “abandono” dos filhos de uma forma que assegurasse uma certa proteção aos mesmos, diferente do abandono nas ruas, preservando ainda o anonimato dos pais, como uma forma de recolhimento de crianças pobres, cujo objetivo se distanciava da educação.

Essa questão foi o início de uma preocupação com a proteção e os cuidados de higiene para estas crianças, pois mesmo que apresentasse um caráter assistencial, médicos higienistas alegavam que ainda existia uma alta taxa de mortalidade de crianças. Assim, a Roda de Expostos foi muito criticada e posteriormente extinta.

Diante desse cenário, é que a partir no século XIX e começo do século XX em que a representação da infância começa a ganhar uma maior visibilidade, com políticas que asseguram direitos de proteção as crianças, campanhas de vacinação, projetos que contribuem a saúde e educação da criança em todos os níveis, levando a infância como um objeto de referência para os meios de comunicação e, conseqüentemente um grande aumento de produtos destinados as crianças. O que de fato influencia diretamente em novos recursos educacionais, alterando um pouco do método tradicional de educação, baseado na repetição de conteúdos, para um método mais lúdico, com jogos e afins, partindo da finalidade de trazer um ensino com mais qualidade para a criança, pensando nela como um ser ativo em seu processo de aprendizagem, logo, um cidadão crítico capaz de transformação a sociedade.

Decorrente também as grandes transformações de urbanização no Estado Brasileiro, visto principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro, médicos higienistas começaram a dar uma importância maior à proteção da criança, ao que se refere sua saúde, no controle e prevenção de doenças, nas condições que levavam a alta taxa de mortalidade das crianças. Iniciando um movimento de orientação e repreensão aos indivíduos que não cumprissem as imposições de higiene estabelecidas ali. É nesse momento em que o Estado interfere nas condições da população, em especial às crianças pobres, moradoras de ruas e marginalizadas, na instalação de Asilos aos menores, logo denominando a concepção do termo menor e menoridade relacionada a responsabilidade penal.

Apresenta-se como uma das principais influências o Código de Menores de 1927 em que presa a proteção de indivíduos menores de 18 anos, considerados em uma “situação irregular”. Logo, delineia-se a ideia de infância mais diversificada e complexa, em que mostra-se a criança como um sujeito de direitos e deveres, logo, um cidadão a partir da Constituição Federal de 1988. Assim, surgem manifestações e leis que garantem a proteção de crianças e

adolescentes. Como é possível observar na tabela abaixo as principais políticas que influenciam diretamente as concepções de infância ao longo dos séculos:

ANO	POLÍTICAS	DECRETO	OBJETIVO
1921	Lei Orçamentária	Nº 4.242 de 5/1	Autorizou o Serviço de Assistência e Proteção à Infância Abandonada
1922	Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância		Trata sobre assuntos que norteiam o desenvolvimento da criança direta ou indiretamente: pautados nas discussões da sociologia e legislação; assistência; pedagogia; medicina infantil e higiene.
1922/3	Juízo de Menores	Nº 16.272	Assistência e proteção aos menores abandonados e delinquentes.
1927	Código de Menores	Nº 17.943-A	Estrutura de proteção aos menores de 18 anos, pobres e/ou infratores, classificados como em “situação irregular”, sem uma preocupação em atender ou compreender o indivíduo.
1940	Departamento Nacional da Criança	Nº 2.024	Fixa as bases da organização da proteção à maternidade, à infância e à adolescência em todo o País.
1941	Serviço de Assistência a Menores (SAM)	Nº 3.799	Tem como objetivo de sistematização e orientação aos serviços de assistência dos menores, assim como, investigação, tratamento, estudos para o indivíduo em questão.
1942	Legião Brasileira de Assistência (LBA)		Teve como objetivo inicial prestar auxílio às famílias dos soldados enviados à 2ª Guerra Mundial e, posteriormente às famílias carentes.
1946 criação 1948 instalada no Brasil	United Nations Children's Fund (UNICEF) – Fundo das Nações Unidas para a Infância		Tem como objetivo promover a defesa dos direitos das crianças, ajudar a dar resposta às suas necessidades e contribuir para o seu desenvolvimento.
1959	Declaração dos Direitos da Criança		Consta dez direitos, cada um baseado em um princípio no que tange seu desenvolvimento; identidade; assistência; educação; afeto e proteção.
1964	Política Nacional do Bem-Estar Social do Menor		Cuidar do menor carente, abandonado e delinquente, cujos desajustes sociais se atribuíam aos desafetos familiares.

1964	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNDABEM)	Nº 4.513	Seus objetivos eram cuidar do menor carente, abandonado e delinquente, cujos desajustes sociais se atribuíam aos desafetos familiares.
1979	Reelaboração do Código de Menores de 1927	Nº 6.697	Considerou o termo: <i>menor em situação irregular</i> , em que objetivava respeito ao menor de 18 anos de idade que se encontrava abandonado materialmente, vítima de maus-tratos, em perigo moral, desassistido juridicamente, com desvio de conduta e ainda o autor da infração penal.
1982	Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR)		O Movimento busca formar ou rever as práticas de atuação de políticas, em especial a Política Nacional do Bem-Estar Social do Menor. Procura também reunir os indivíduos que rodeiam as práticas educativas a fim de discutir e tentar interferir na política nacional.
1988	Constituição Brasileira		Assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça, com a qual foram inseridos os Direitos Internacionais da Criança.
1990	Estatuto da Criança e do Adolescente	Nº 8.609	É um documento que contempla os direitos humanos da população infanto-juvenil – (Proteção dos direitos à vida e à saúde na infância e juventude).
1993	Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)	Nº 8.742	Regulamenta e estabelece normas e critérios para a organização da assistência social em prol da infância, à adolescência e à velhice, o amparo às crianças e adolescentes carentes, a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência, entre outros que estão instituídos no documento.

1996	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional	Nº 9.394	Envolve o desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos de idade em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais na Educação Infantil, como a primeira fase para a Educação Básica.
2000	Lei do Aprendiz	Nº 10.097	Uma Lei específica que ampara adolescentes a partir de 14 anos que desejam por vontade própria ingressam no mercado de trabalho junto a uma educação.

Quadro 1. A legislação com foco na infância brasileira. Fonte: Elaborado pela autora.

Com a implementação dessas e outras Políticas que norteiam a vida das crianças e adolescentes, é que o Estado assume suas responsabilidades, tornando-se sujeitos de Direitos e Deveres. No Brasil, a partir da Constituição de 1988, segundo Samways e Saveli (2011, p.11) a Educação Infantil passa a ser “reconhecida legalmente como um direito da criança, opção da família e dever do Estado” cabendo a ele, oportunizar programas de assistência integral à criança. Observa-se quando sai a Educação Infantil deixa de pertencer à Secretaria de Assistência Social dos Municípios, vai passa a vincular-se à Secretaria de Educação. Como observa-se no Art. 227 da Constituição Federal:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988).

Como consequência dessa Constituição, nota-se muito presente o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) por meio da Lei nº 8.069/90 que garante a proteção integral das crianças e seus direitos.

O ECA tange a proteção de crianças de zero a doze anos de idade e adolescentes de doze a vinte e um anos de idade, garantindo direitos básicos de liberdade, respeito, saúde, educação, lazer, cultura e outros. Como é visto no Art. 4º:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1990).

Um documento que estabelece direitos a todas as crianças e adolescentes, seja físico, mental, moral, intelectual, social ou outro, sem distinção de classe social. No qual, impõe que os governos nas esferas municipais, estaduais e federal a realização de políticas públicas voltadas às crianças e adolescentes, assim como permite a participação da família, fortalecendo um vínculo da criança com a família e com a comunidade. Como afirma Polleto (2012):

O Estatuto da Criança e do Adolescente atribui à família a responsabilidade prioritária de educar e proteger suas crianças e adolescentes, oferecendo condições adequadas para promover seu desenvolvimento integral. [...] Dessa forma, a família, enquanto organização social estabelece os primeiros relacionamentos e proporciona apoio material e psicológico para o desenvolvimento de seus membros. (POLLETO, 2012, p.10)

Nota-se aí que o sentimento de infância a partir desse período de implementações de políticas públicas, que norteiam a criança como um ser humano em desenvolvimento que precisa de proteção, isso se vê também atualmente. A partir de avanços na sociedade, o conceito de infância, passa a ser considerado uma fase de suma importância, em que a educação é um direito e deve assegurar seu pleno desenvolvimento. É nesse sentido que se vê a necessidade de se estudar mais especificamente a infância, pensando desde sua “existência” até os dias atuais.

AS PESQUISAS PRODUZIDAS NO CAMPO DA INFÂNCIA NO BRASIL: ARTIGOS DE 2000 A 2017.

Como objetivo dessa seção de analisar as pesquisas no campo da educação tem tratado a questão da infância na atualidade, foi utilizado como critério a busca de artigos nos termos *infância e escola* e *infância e políticas públicas*, estes no período de 2000 a 2017, por ser posterior a efetivação do ECA e de grandes mudanças políticas, que permitem explorar novos significados aos conceitos.

Na análise da quantidade de artigos encontrados e quais realmente discutem acerca do tema, em sua concepção de infância atual ou ainda, o “ser” criança, obtemos 293 resultados, entre eles: 220 utilizando o termo *infância e escola* e 73 no termo *infância e políticas públicas*. Destes, chegou-se ao total de 13 resultados coerentes ao tema. Conforme os quadros 2 e 3 abaixo:

INFÂNCIA E ESCOLA

TÍTULO DO ARTIGO	AUTORES	LINK	TRECHO DO RESUMO	PALAVRAS-CHAVE
INFÂNCIA E ESCOLA: TEMPOS E ESPAÇOS DE CRIANÇAS.	FERRANINI, Anabela Rute Kohlmann; QUEIROZ, Fabiana Rodrigues Oliveira; SALGADO, Raquel Gonçalves.	http://www.scielo.br/pdf/edreal/2016n-ahead/2175-6236-edreal-60666.pdf	“[...] discutir como tempos e espaços repercutem na construção da infância e nos processos educativos de crianças”.	Infância; Tempos; Espaços; Escola.
INFÂNCIA(S) EM PERIFERIAS URBANAS: O DIREITO À CIDADE E A FORMAÇÃO DAS PROFESSORAS DA INFÂNCIA NUMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	TAVARES, Maria Tereza Goudard	http://revista.leph.uff.br/index.php/REVISTALEP/article/view/83/76	“[...] diferentes modos de ser criança”.	Formação de Professores/as; educação infantil; infâncias em periferias urbanas.
INFÂNCIA E ESCOLA NO BRASIL	SAMWAYS, Andréia Manosso SAVELI, Esméria de Lourdes.	http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_pp_e_2011/pdf/5/091.pdf	NÃO TEM	NÃO TEM
UMA BREVE HISTÓRIA SOCIAL DA INFÂNCIA, FAMÍLIA E ESCOLA	SOBRAL, Osvaldo José; SILVA, Eliana Pontes; CARDOSO, Raquel da Silva.	http://www.anais.ueg.br/index.php/seminintegracao/article/view/5573/3355	“[...] a questão da educação de crianças deve ser tratada como um forte vínculo entre escola, família e sociedade”.	Infância; Família; Escola; História Social.
INFÂNCIA, ESCOLA E MÍDIA: A(S) CULTURA(S) INFANTIL(IS) EM DISCUSSÃO	FIGUEIREDO, Milene dos Santos; TOMAZETTI, Elizete Medianeira	http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistas/article/view/24018	“[...] elementos que influenciam a infância contemporânea, ressaltando, sobretudo, a mídia televisiva”.	Infância; Escola; Mídia.
INFÂNCIA, ESCOLA E CULTURA(S): JÁ ASSISTIMOS A ESSE	FLEIG, Maria Talita; TOMAZETTI, Elizete Medianeira	http://alb.org.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais16/sem	NÃO TEM	NÃO TEM

FILME?		13pdf/sm13s04_01.pdf		
INFÂNCIA, ESCOLA E DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL	HONORATO, Tony	http://www.periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/view/13503/10798	“[...] apresenta e analisa configurações vividas pelas crianças durante a infância, entre elas a escolar, a familiar e a do mundo do trabalho”.	Imagem; Criança; Exclusão; Representação

Quadro 2. Artigos com foco na temática abordada. Fonte: Elaborado pela autora.

INFÂNCIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

TÍTULO DO ARTIGO	AUTORES	LINK	TRECHO DO RESUMO	PALAVRAS-CHAVE
INFÂNCIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: UM OLHAR SOBRE AS PRÁTICAS PSI	CRUZ, L; HILLESHEIM, B.; GUARESCHI, N. M. F.	http://www.scielo.br/pdf/psoc/v17n3/a06v17n3	“[...] as políticas públicas, especificamente na área da infância denominada vulnerável”.	Infância; políticas públicas; práticas psicológicas.
O DESAFIO DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO À INFÂNCIA E À ADOLESCÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EQUITATIVAS	MENDONÇA, M.	https://www.scielo.org/scielo.php?pid=S0102-311X2002000700012&script=sci_artext	“[...] proteção social integral com vistas à equidade”.	Saúde Infantil; Adolescência; Assistência Social; Assistência à Saúde; Equidade.
INFÂNCIA E JUVENTUDE: UM BREVE OLHAR SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL	ALVES, E.	http://periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1298	“[...] as políticas públicas sociais voltadas para o atendimento da população infanto-juvenil”.	Criança e adolescente, Família, Políticas Públicas, Poder público.
POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS PARA A INFÂNCIA E SUAS IMPLICAÇÕES	SARMENTO, D. et al.	http://seer.ufms.br/ojs/index.php/intm/	“[...] como as legislações [...] afetam os processos e práticas educativas direcionadas à infância compreendida como fase do desenvolvimento humano”.	NÃO TEM

PARA A EDUCAÇÃO FAMILIAR E ESCOLAR		article/view/2479		
A INFÂNCIA EM FOCO: ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO	SOUSA, T.; PEDROSA, R.; SOUSA, J.	http://www.edalyc.org/html/1935/193532896009/	“[...] a educação como uma das políticas públicas para a infância e algumas concepções de infância”.	Infância. Políticas públicas de educação. Plano Nacional de Educação.
AS CONCEPÇÕES DE CRIANÇA E DE INFÂNCIA: COMPREENSÕES EXPRESSAS NA TRAJETÓRIA HISTÓRICA E NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL	EMMEL, R. ; KRUL, A. J.	file:///C:/Users/isa/Downloads/6085-17041-1-PB.pdf	“[...] as concepções de criança e infância no contexto das políticas públicas e na trajetória histórica da Educação Infantil no Brasil”.	Criança. Infância. Educação Infantil.

Quadro 3. Artigos com foco na temática abordada. Fonte: Elaborado pela autora.

A concepção de infância que se vê em tais artigos considerados, e nas referências teóricas tidas neste artigo, foi possível observar o quão foi modificada ao longo da história. Do indivíduo igual ao adulto, apenas diferindo-se por seu tamanho, ao indivíduo frágil e/ou cheio de graça é que se percebe diversas realidades na sociedade.

No Brasil, a partir das implementações de políticas públicas é que se nota uma preocupação com essa fase, antes considerada apenas biológica, agora pode-se dizer que é uma fase que necessita ser mais estudada, ou ainda, que pode trazer respostas aos inúmeros problemas em que a sociedade vive.

Como aponta Ferrarini, Queiroz e Salgado (2016, p.7) “[...] a criança, assim como o adulto, é definida como um sujeito que se constitui na história e na cultura e, simultaneamente, também produz culturas. Assim, se faz necessário compartilhar as experiências com as crianças, de modo que não mais o adulto se torne referência, mas também a criança.

Estudos não devem tratar da criança como um objeto que necessita ser totalmente compreendido, os mesmos devem conhecer suas vivências nos diversos espaços de seu cotidiano e ainda, fazer com que os adultos se atentem as inúmeras experiências que as crianças possuem durante sua infância, permitindo revelar fatos do seu próprio “mundo”.

Na leitura e análise dos artigos indicando os termos infância, escola e políticas públicas, pode-se notar que de forma geral as concepções de infância e as políticas são apresentadas para introduzir um assunto em específico. Ou seja, a temática dessa análise é apresentada pela maioria dos estudos de uma forma bem sucinta com o intuito de dar início a um conteúdo que não se refere a infância propriamente dita. É intrigante encontrar apenas algumas pesquisas coerentes ao tema abrangente.

Em geral, nota-se nas mais variadas pesquisas a preocupação de se compreender a infância como uma fase da vida do ser humano, isto é, seu próprio ser biológico. Porém o que realmente se torna indispensável é compreendê-la em seus modos de ‘ser, pensar, estar e agir’² principalmente no espaço escolar, um espaço para a formação do indivíduo e logo para a futura transformação da sociedade.

Nesse sentido, a busca de compreensão do “ser” criança, e suas experiências tem a finalidade além de se conhecer, a de transformar a sociedade, a escola, logo, o mundo. Salienta Ferrarini, Queiroz e Salgado (2016, p.13)

A escuta sensível das vozes infantis pode indicar formas e caminhos de se construir uma escola que valorize o tempo da infância não só como tempo de ler, escrever e fazer contas, mas como tempo de outras experiências e convivências, pequenas ou grandes, que acontecem não só no espaço/tempo da sala de aula, mas nos corredores, nos pátios, nos esconderijos, no recreio, nas brincadeiras, nas conversas segredadas ao ouvido dos pares, ora amigos e amigas, cúmplices, ora adversários, mas sempre interlocutores nessa trajetória e jornada.

Ao mesmo tempo em que é necessário conhecer os conceitos de infância, escola e suas políticas, não se pode ficar preso as visões que a sociedade mostra. Seus estudos e concepções devem ser discutidos, questionados, devem ir além.

Refletindo acerca do conceito de infância atualmente, não se vê mais respostas consideradas “concretas”, um modelo de criança, ou seja, não se tem mais uma concepção clara

² Termos utilizados por Ferrarini, Queiroz e Salgado (2016, p.3).

do que é a infância. A criança é integrada na escola em sua diversidade, para compreender o mundo e interagir com ele, para adquirir novas aprendizagens e experiências, para ser criança e sonhar e não ser apenas um indivíduo em uma etapa apenas biológica, mas sua essência. A infância é a própria criança em seu ser independente para pensar e agir, mas também dependente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As concepções de infância são representadas ao longo da história de diferentes formas. Estudos já realizados revelam a aparição de seu conceito, delineando as influências para se chegar a infância que se temos hoje.

Ainda que, é muito complexo apresentar um conceito de infância atualmente, logo, não há mais um “modelo” de criança, de maneira geral os estudos abordam temáticas sobre suas especificidades mais biológicas, deixando de lado experiências, saberes e sua graça para o futuro do país, isto é, a criança como cidadã que pode pensar e agir de forma independente.

Assim, realizar um resgate histórico das concepções de infância e partir de uma análise na busca de estudos que abordam tais concepções e as próprias questões que nos remontam especificamente ao “ser” criança e suas políticas que influenciam a mesma, nos faz pensar de um caminho que já passamos, e de nossas próprias vivências enquanto crianças. Daqui a importância de se estudar a criança enquanto um próprio ser e enquanto um ser em desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar editora, 1981.

BRASIL. **Avanços do Marco Legal da Primeira Infância**. Câmara dos Deputados. Caderno de Trabalhos e Debates. In: DIDONET, Vital. *Trajetória dos Direitos da Criança no Brasil: de menor e desvalido a criança cidadã, sujeito de direitos*. Brasília, DF: 2016. p. 60-75.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Presidência da República. 5 de outubro de 1988. Brasília, DF.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Câmara dos Deputados. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. DOU de 16/07/1990 – ECA. Brasília, DF.

CRUZ, LÍlian; HILLESHEIM, Betina; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. **Infância e Políticas Públicas**: Um Olhar Sobre as Práticas Psi. v.17. n. 3. Psicologia & Sociedade: 2005, p.42-49. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/3093/309326341006.pdf>> Acesso em: Out. 2018.

DIDONET, Vital. Creche: a que veio, para onde vai. In: _____. **Educação Infantil: a creche, um bom começo**. Em Aberto/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. v. 18, n. 73. Brasília, 2001. p.11-28.

FERRARINI, Anabela Rute Kohlmann; QUEIROZ, Fabiana Rodrigues Oliveira; SALGADO, Raquel Gonçalves. Infância e Escola: tempos e espaços de crianças. **Educação & Realidade**. Porto Alegre: 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edreal/2016nahead/2175-6236-edreal-60666.pdf>> Acesso em: Out. 2018.

FIGUEIREDO, Milene dos Santos; TOMAZETTI, Elisete Medianeira. **Infância, Escola e Mídia**: a(s) cultura(s) infantil(is) em discussão. Rio de Janeiro: TEIAS, 2007. Disponível em: <<http://132.248.9.34/hevila/Revistateias/2007/vol8/no15-16/21.pdf>> Acesso em: Out. 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HENICK, Angelica Cristina; FARIA, Paula Maria Ferreira de. **História da Infância no Brasil**. EDUCERE. 2015. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/19131_8679.pdf> Acesso em: Out. 2018.

KUHLMANN JR. Moysés. **Infância e educação infantil**: uma abordagem histórica. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2011.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SANWAYS, Andréia Manosso; SAVELI, Esmérica de Lourdes. **Infância e Escola no Brasil**. 2011. Disponível em:< http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2011/pdf/5/091.pdf> Acesso em: Out. 2018.